



BRASIL

54ª COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER (CSW)

2 de março de 2010

**Declaração da Sua Excelência Ministra Nilcéa Freire
Secretaria de Políticas para as Mulheres
República Federativa do Brasil**

Senhor Presidente,

Em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada na Dinamarca, foi proposta a criação do Dia Internacional da Mulher, comemorado todo o dia 08 de março, com o objetivo de homenagear as lutas das mulheres e refletir sobre suas condições de cidadania. 100 anos se passaram desde então.

Em 1995, na IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, adotou-se uma Plataforma de Ação que teve profundo impacto sobre a atuação dos Governos e, conseqüentemente, sobre a vida das mulheres. 15 anos se passaram desde então.

Ao longo de toda a história, por diversas vezes as mulheres protagonizaram as lutas libertárias. Temos tido relevante papel no combate aos regimes totalitários, na construção das democracias, no enfrentamento à pobreza e na legitimação dos princípios universais e indivisíveis dos direitos humanos. Mais ainda, as mulheres tem estado à frente das lutas pelo reconhecimento das especificidades de raça, classe, orientação sexual e geração.

No Brasil e no mundo, entretanto, todo esse percurso não foi suficiente para eliminar a discriminação e a violência a que as mulheres estão submetidas. Mas sem dúvida temos avançado em nossas conquistas.

Senhor Presidente,

No Brasil, os últimos anos foram decisivos para o desenvolvimento de políticas sociais e de direitos humanos. Desde a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2003, realizamos duas Conferências Nacionais, das quais resultaram o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Todas as ações desenvolvidas a partir daí refletem a ampliação do mandato da Secretaria. Assim, destaco a seguir alguns dos resultados obtidos.

No âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher, aprovamos uma legislação específica, a chamada “Lei Maria da Penha”, em agosto de 2007. Com base neste novo marco legal, o governo brasileiro vem desenvolvendo um conjunto de ações, através do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Em três anos de existência, o Pacto é responsável por ter garantido a constituição de uma rede nacional de equipamentos públicos para atendimento à mulher vítima de violência. Esta rede de equipamentos é composta por Centros de Referência, por Casas-Abrigo, Juizados e

Varas Especializadas na temática, e por serviços de responsabilização dos agressores. Mais ainda, já foram capacitados para o atendimento às mulheres vítimas de violência mais de 50.000 agentes públicos das áreas de saúde, assistência social e segurança pública. Nos últimos 3 anos esta rede de atendimento cresceu 179% e, até 2011, terá recebido um montante de investimentos na ordem de 500.000 dólares.

No campo da educação, as mulheres tem tido uma presença crescente em todos os níveis de ensino. São a maioria no nível médio e universitário e detêm o maior número de bolsas de estudo de mestrado e doutorado no país. Com o objetivo de superar os estereótipos de gênero, associados aos de etnia e de orientação sexual, lançamos, em 2005, o Programa Gênero e Diversidade na Escola, que consiste na capacitação de professores e gestores das escolas públicas para lidar com a diversidade nas salas de aula.

No que se refere à saúde, um dos pontos mais importantes tem sido a redução progressiva da mortalidade materna. Como estratégia de mobilização social, firmou-se um Pacto Nacional nesse sentido. A expectativa é de reduzirmos a mortalidade materna em 15 por cento, até 2011.

Outra conquista do Governo brasileiro, em parceria com o UNFPA, o UNICEF e o UNIFEM, é o Plano Integrado de Enfrentamento a Feminização da AIDS. Esse Plano orienta o desenvolvimento e a implementação de ações para acelerar a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da AIDS nas mulheres. Nesse âmbito, o Brasil vem ainda estimulando a discussão em torno da necessidade de redução de preço do preservativo feminino, para permitir acesso universal a ele.

No âmbito das ações de fomento à autonomia econômica das mulheres, o governo brasileiro também tem conquistado importantes resultados. O Programa Pró-Equidade de Gênero, que promove a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, teve, em suas 3 edições a participação de 136 organizações públicas e privadas. O programa premia, com um selo de qualidade, as organizações que desenvolvem novas concepções e práticas de gestão de pessoas, de forma a estimular a igualdade. Através do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, estamos garantindo condições de sustentabilidade para as iniciativas de geração de renda das brasileiras. Além disso, abrimos importante espaço para a participação das mulheres em profissões tradicionalmente masculinas, como é o caso da construção civil. Também às

trabalhadoras rurais temos garantido melhores condições, através da concessão de crédito e da ampliação de seus direitos previdenciários.

O Brasil tem também trabalhado para garantir a ampliação da participação feminina nos espaços de poder. Como resultado de uma importante parceria entre governo e sociedade civil, temos hoje o preenchimento de 30% das vagas das chapas que concorrem ao parlamento garantidas para as mulheres. Mais ainda, os nossos partidos políticos terão que investir 5% de seus recursos na formação política das mulheres, além de estarem obrigados a reservar a elas o uso de 10% do tempo de seu programas veiculados em TV.

Entretanto, Sr. Presidente, ainda que nos congratulemos com estas conquistas, nós brasileiras temos clareza de que ainda há muitos desafios a serem encarados pelas mulheres de todo o mundo. Neste sentido, contamos que a nova entidade de gênero das Nações Unidas estará habilitada a melhor assessorar os governos, a movimentar recursos mais ambiciosos e a manter uma presença significativa nos países.

Chegando ao fim, Sr. Presidente, desejo manifestar a solidariedade de meu país aos povos do Haiti e do Chile, vítimas de desastres naturais de grandes proporções. O Brasil continuará a prestar toda a ajuda humanitária que esteja a seu alcance e a unir-se aos esforços internacionais para a reconstrução destes países.

Gostaria ainda de mencionar que neste ano de 2010, o Ano Interamericano das Mulheres, o Brasil sediará a XI Conferência da Mulher Latino Americana e Caribenha. Esperamos a participação de aproximadamente 800 companheiras da região, para aprofundar discussões em torno do papel do estado no desenvolvimento econômico e social das mulheres. Com o olhar voltado para o futuro, a Conferência da CEPAL em Brasília pretende acumular e fortalecer a agenda de gênero na região, a fim de contribuirmos de maneira qualificada para o avanço dos direitos das mulheres no mundo.

Obrigada.